Nuevo mundo mundos nuevos
Nouveau monde mondes nouveaux - New World New Worlds
Colloques | 2024

O impacto da Independência do Brasil em Angola: A tentativa de anexação de Angola ao Império do Brasil (1823-1825)

The Impact of Brazil's Independence on Angola: The attempt to annex Angola to the Brazilian Empire (1823-1825)

Mercio Norberto Kossi

Edição electrónica
URL: https://journals.openedition.org/nuevomundo/96335
DOI: 10.4000/11vrp
ISSN: 1626-0252

Editora
Mondes Américains

Este documento é oferecido por École des hautes études en sciences sociales (EHESS)

Refêrencia eletrónica
Mercio Norberto Kossi, «O impacto da Independência do Brasil em Angola: A tentativa de anexação de Angola ao Império do Brasil (1823-1825)», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Colóquios, posto online no dia 21 junho 2024, consultado o 09 julho 2024. URL: http://journals.openedition.org/nuevomundo/96335 ; DOI: https://doi.org/10.4000/11vrp

Este documento foi criado de forma automática no dia 25 de junho de 2024.

Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC-ND 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

O impacto da Independência do Brasil em Angola: A tentativa de anexação de Angola ao Império do Brasil (1823-1825)

The Impact of Brazil's Independence on Angola: The attempt to annex Angola to the Brazilian Empire (1823-1825)

Mercio Norberto Kossi

1 Com uma Independência ainda embrionária, não sendo totalmente considerada nos moldes da autodeterminação vivaz que se fez uma voga logo após a revolução francesa na construção dos Estados Soberanos na América latina, após a independência dos Estados Unidos da América, a Independência do Brasil, proclamada num contexto de uma ordem Internacional subjazida pela autodeterminação emergente no seio da Sociedade Internacional, é ainda um assunto de inteira discussão tornam o "7 de Setembro", sobre perspectivas além de uma separação política do Império de Dom Pedro I ao reino de Portugal de D. João VI, ou até mesmo uma desanexação sem muita consistência no exercício da autodeterminação.

2 Considerando que é insuficiente ser abordado com maior consistência aturada, dado que mesmo após tal facto, algumas regiões do Governo de Rio de Janeiro encontravam-se ainda fiel a coroa portuguesa, como era o caso da Bahia, Cisplatina, do Maranhão o que precisou de uma ofensiva em termos de concretização para um reconhecimento constitutivo uma tentativa de evitar a invasão do Reino de Portugal e consequentemente a restauração da monarquia dependia de uma acção imediata por parte de D. Pedro I, de modo a empreitar pela continuidade da independência e o reforço da soberania em regiões ultramarinas que ofereciam estas condições, como é o caso do Reino de Angola.

3 É neste contexto que a independêcia do Brasil teve impacto imediato em outras sociedades ao redor do mundo, sendo o caso de Angola, o mais urgente a ser abordado.

Assim, por vários factores históricos o presente artigo pretende abordar os principais fatores das implicações da independência do Brasil em Angola, a começar por estabelecer as relações de trocas comerciais, bem como outros principais fatores históricos que serviram de eco patriótico fazendo que imediatamente houvesse tendências de Angola ser o principal palco da continuidade das fricções geopolíticas entre o Reino de Portugal e o recente Império do Brasil.

Panorama da conexão Angola-Brasil nas vesperás do tráfico de Escravo (1641-1822)

4 A começar pelo facto de ser associado ao evento histórico aquando da coligação entre os reinos de Angola, a aliança dos *Bantus*[1] (como os reinos da *Matamba e Ndongo, Congo, Kassanje, Dembos e Kissama* encabeçados pela Rainha *Njinga Mbandi)*, ao terem empreendido esforços diplomáticos-militares para uma campanha contra os portugueses, que haviam se instalado em Angola no final do século XV, os holandeses representavam desta forma um sangue novo graças à aliança que igualmente com grandes pretensões de domínio sobre Angola, porém sob a política administrativa da não-cobrança de impostos diferentes dos portugueses. Os holandeses passaram a ser o principais fornecedores de armas de fogo, tornando muito mais próxima a possiblidade de evitar a esfera de influência geografica que Portugal detinha em Angola, pelo que, não apenas por serem derrotados pelos holandeses na jurisdição de Luanda em 1641, os portugueses foram confinados ao domínio da região de Massango, obliterando a sua campanha da sua maior zona de tráfico de escravo, sendo que até 1641 Luanda representava para Portugal o principal mercado de escoamento de escravos muito superior a todas outras zonas da costa da África Ocidental.

5 O domínio holandês em Angola perdurou apenas 7 anos, tendo sido marcado inicialmente pelo episódio do de ano de 1648, em que 11 navios (que atravessava o atlântico) composto por mais de 1000 homens, comandados por Salvador Correia, provenientes do Brasil, mais especificamente por uma tripulação composto de uma vasta congregação de homens com raízes brasileiras, incluindo índios de penas na cabeça[2], sendo descrito por René Pelissier e Douglas Wheller como "a chegada triunfal do Brasil"[3], marcou o fim do domínio holandês sobre Angola aos 15 de Agosto de 1648, e consequemente a desestabilização das coligações Bantus e o ínicio de forma agudizada do comércio triangular de escravos de Angola-Brasil-Portugal, e por incríveis sucessivos quase dois séculos "Angola passou de facto a ser colónia doutra colónia, quer dizer, colónia do Brasil"[45].

6 Este cenário marcava a génese da aproximação costeira e uma ligação directa dos mercados de escravos do Brasil ao de Angola, que o comércio de escravos empreitado pelos holandeses circunscrevia-se não exclusivamente no Brasil em relação ao de Portugal. Um estudo elaborado por Lovejoy sobre o tráfico de escravo nas zonas ocidentais de África, estima que dos 44 % dos escravos que chegavam nas américas, 68 % tinham o Brasil como o destino e os demais perto de 36 % chevagam em distribuição nas américa hispânica, carribenha e francesa[6], ao passo que com a conquista de Luanda e com o domínio sobre a região de Benguela, ambas regiões serviriam da maior fonte de desembarque sob domínio da elite escravocrata composta pelos portugueses-abrasileirados que detinham o monopólio da maior rede de comércio de escravo, e sob este feito Brasil passou a ser inteiramente o destino dos escravos

provenientes de África, sendo Angola a principal fonte de mão-de-obra barata de escravos.

7 Outros aspetos que fazem *jus* a esta pretensão sobre a independência do Brasil ser frequentemente associada ao do Reino de Angola, é *a priori* que na região de Benguela, onde se caracterizou dos maiores bastião da atividade escravocrata do Brasil durante a época do tráfico de Escravo, dada a sua importância dos terminais de rota de escravos que provinham do interior do continente, desde a sua fundação pelo português Cerveira Pereira em 1617[7], Benguela que após a reconquista de Salvador Correia a beneplácito da coroa portuguesa de D. João IV, foi cada vez mais abrasileirando-se da governação de cidadãos com antecedentes administrativos no Brasil, inicialmente com a condecoração de Salvador Correia a categoria de Governador-geral de Angola e desta forma os cinco governadores consecutivos possuíam antecedentes administrativos no Brasil, e numa periodização da época da reconquista à independência do Brasil, chega-se a inferir mesmo que abrangeu a metade dos governadores que possuíam antecedentes administrativos do Brasil, isto no período de 1648-1822, no entanto, Benguela, principalmente, sempre serviu de um espaço de influência tanto governativa como económica sob a extensão dos interesses económicos brasileiros[8].

8 De acordo Freudenthal, maior parte dos governadores que atuaram tanto no litoral como no interior de Benguela sempre tiveram uma atuação mais favorável a ligação direta da aproximação entre as costas atlânticas no que diz respeito ao comércio de negreiros[9], estima-se que Benguela constitui-se uma fonte de escravos para o Brasil[10] com uma exportação equivalente a 232.572 de escravos entre 1762 e 1779, tendo alcançado uma percentagem de 50 % de escravos, entre 1795 a 1811, com destino a Rio de Janeiro[11], e se tivermos ainda em conta outras fontes como o de Pelissier e Wheller pode-se mesmo caracterizar a região de Benguela como uma diaspóra brasileira em África, com bastante referência estes dois historiadores asseguram que mesmo em Luanda e Benguela, as regiões de maior incidência no comércio de escravos "havia apenas um comerciante português importante em Angola, sendo a restante comunidade empresarial constituida por brasileiros[12].

9 Além disso, no que se refere a atribuição da nacionalidade aos comerciantes brasileiros, nem sempre foi um assunto de fácil elucidação, os estudos mais detalhados sobre a caracterização dos cidadãos ultramarinos por Roquinaldo Ferreira aborda as dificuldades das autoridades policiais existentes na resistência dos capitais de financiamento ao tráfico ilegal sempre foram de origem inteiramente brasileira, e por este motivo sempre esta aproximação mais favorável ao Rio de Janeiro que a Lisboa.[13] O que se pode constatar ainda que é que as relações de Benguela e o Rio de Janeiro transcendiam das relações comercias as parentestescas caracterizadas pelo número de comerciantes que operavam em Benguela constituiam famílias no Brasil,[14] cujos filhos que nasciam em Benguela, eram enviados para Rio de Janeiro para uma educação mais avançada[15].

10 E de tal forma que sempre houve uma recalcitrância por parte da administração de Benguela com uma automonia que escapava da subordinação do governo geral[16] presidido em Luanda, esta relutância que só foi protagonizada graças ao comércio de escravo sempre tornou a Benguela naturalmente uma zona de semi-autarquica colonial de Angola, mais uma vez vê-se que as relações entre o Reino de Portugal e a colónia do Brasil sempre se repercurtiram em Angola, a jugar pelo povoamente ser

demograficamente composta por africanos, degredados, e militares provenientes na sua maior parte de originários do Brasil[1718].

11 Mediante todos estes factores pode-se acrescer ainda um leque de inferências sobre a existência de um intercâmbio cultural atlântico costurado pelos comerciantes brasileiros a uma construção de um inicial nacionalismo-comercial afeto ao Brasil. É justamente com a restruturação da administração colonial portuguesa em consequência da Revolução do Porto que as sessões entre 1821 e 1822 foram suficientes para a criação das Cortes Gerais e extraórdinárias com o objectivo da elaboração constitucional e domínio da nação portuguesa sobre os Reinos do qual detinha o controlo político[19], incluindo nas zonas ultramarinas, a nova administração trouxe um sistema de representatividade descentralizada onde as juntas provisórias que estavam sob o tutela da Câmara dos deputados eleitos a legislação local, que no caso de Benguela, de uma administração estava sob dependência do corte de Luanda, os deputados representantes da zona de Benguela que Alencastro considera ser um "espaço para a cogestão lusitana e brasílica no Atlântico Sul"[20], eram compostas por deputados, provenientes em Julho de Lisboa, via Rio de Janeiro, nomeadamente: O padre Manuel Patrício da Correia de Castro, o desembargador Eusébio Queirós Coutinho e o capitão Fernando Martins do Amaral Gourgel, dos quais os dois últimos com uma ligação prévia ao do Rio de Janeiro.

Angola diante do braço de ferro entre o império do Brasil ao Reino de Portugal

12 Em 1822, com advento da proclamação da independência do Brasil pelo princípe regente D. Pedro de Alcantâra, várias zonas além do Brasil continental fizeram-se ecos do grito do *Ipiranga*, o governo de Rio de janeiro, preferiu consbustanciar a intenção da desagregação do Reino de Portugal por meio de um *ultimatum* segundo o qual cortava laços de subordinação política e económica com o reino de Portugal e oferecia simultaneamente a alternativa de cooperaração a base da amizade obrigatória e a não-ingerência do Reino de Portugal nos assuntos internos do recente Império constitucional do Brasil.

13 Receosos de uma conspiração interna aos ainda súditos da coroa portuguesa que e etendiam para lá de uma províncias ainda não conformada coma a legitmidade do governo do Rio de Janeiro, fez com que D. Pedro se apresasse a autorizar a apreensão de todas as mercadorias que se encontravam nas alfândegas do Governo de Rio de Janeiro pertencentes aos súditos da coroa portuguesa, de modo a garantir a possibilidade de um possível complô destes com a coroa de Lisboa. Tal decorreu justamente pela perceção claríssima e que a independência do Brasil não se tenha eclodida concomitantemente em todo território brasílico, traduzindo-se automaticamente em um desestabelecimento dos contactos com o reino de Angola, da qual a capitânia de Benguela se caracterizava como um "Brasil não continental".[21]

14 A semelhança de D. Pedro, o Governador da capitania de Benguela, João António Pusich, determinou inicialmente aos 5 de Maio em Benguela, e consequentemente o recente Governador-geral de Angola, Cristóvão Avelino Dias ampliou aos 2 de junho de 1823, em todo território angolano, uma contraofensiva de retaliação unilateral, a mesma medida de sequestro aos bens dos escravocratas de Benguela e Luanda, sem a consulta das

juntas tanto destas regiões, nem da coroa de lisboa, já que para o autor Guizelin, o governador de Benguela, Pusich, justificava pela necessidade imediata em virtude do "patriotismo dúbio" destes comerciantes, que prefeririam que não houvesse esta ação retaliativa[22], todavia, por ter sido o mais lógico no que se refere a defesa da soberania da coroa de Lisboa, é por outro modo uma escorregadia ação favorável ao império do Brasil considerando os recursos e a dimensão de Benguela que jogava um papel geostratégico de abalar com a postura um quanto ofensiva do governo de Rio de Janeiro, pelo contrário de minar um alvoroço interno que seria a propagação do espectro anti-absolutista português e uma de trava uma batalha de duas frentes, que desencadeou uma onda de potenciais tentativas de convulsões internas, levadas a cabo por um grupo de degredados galvanizados em anexar Angola ao império do Brasil sob ao hipotético nacionalismo comercial a que Freudental chamou de "confederação Brasílica"[23][24].

15 Note que esta ação, do recíproco sequestro dos bens, acirrou o contencioso entre estes dois Estados, teve consequentemente Angola, sobretudo na região de Benguela, onde se constatava uma fragilidade em termos de homogeneidade dos interesses e posicionamento em termos de apoio oscilando entre a fidelidade ao reino de Portugal e o Império do Brasil. Não obstante ser uma região que sob jurisdição de Portugal, Benguela sempre teve de longe uma ligação mais favorável a Brasil que Portugal, que com este braço de ferro viu-se caprichosamente alinhada ao mais recente império do Brasil, posto que, a maior parte da elite escravocrata composta por comerciantes de escravos, a Junta do Governo de Benguela estavam todas concateneadas e, termos de interesses, que no entanto, mostravam-se pouco favoráveis aos interesses do Reino de Portugal em restaurar a jurisdição da coroa ao Governo do Rio de Janeiro.[25]

16 E diante desta hecatombe, surgiram vários apelos insofismáveis que denunciam mesmo ter havido uma infestação de posições declaradas, a começar pelos deputados enviados de Lisboa para a representação da Camara de Angola que imediatamente foram alvos convidados a adesão a esta atmosfera de anexação ao Brasil[26], Spalding conta-nos sobre a adesão de dois dos três deputados, tendo este último recusado de forma imediata o convite preferindo prosseguir a fidelidade lusitana. Spalding é um dos outros autores que confirma a permanência de Eusébio Queirós Coutinho e de Fernando Martin do Amaral Gourgel no Rio de Janeiro aguardando por uma manifestação oficial em Angola, sendo que Manuel Patrício da Correia de Castro preferiu seguir a bordo a Lisboa[27].[28]

17 Apesar da historiografia transparecer esta fricção interna mais hipotética que propriamente realista, facto é que não se pode ignorar o manifesto de modo a galvanizar os habitantes a uma galvanização contra o Reino de Portugal, em que Eusébio Queirós Coutinho aventa o seguinte:

> "Habitantes de Angola e de Benguela, naturais ou domiciliados, escutai a voz de um compatriota que vos ama e deseja a vossa felicidade (...) Não há gênero de insulto que não tenhais sofrido...Por parte destes brancos que a metrópole nos enviava para reger-vos com ferro e varra, revestindo de poderes que usavam e abusavam sem a menor responsabilidade (...) Combinai as vossa circunstâncias particulares, lançai um golpe de vista (...) e só vos resta a escolha de depender imediatamente do Reino de Portugal ou do Brasil".[29]

18 Não se pode deixar de parte outros apelos que atestam a existência mesmo de uma ideia construída sobre "as piscadinhas" do governo do Rio de Janeiro, o caso do presidente da junta de Benguela, Domingos Pereira Diniz, que foi um dos patrocinadores dos que se afiguravam a anexão ao império, detentor de vários manifestos que expressavam um

anseio em representação ao povo negro de Benguela, pelo facto de Domingos apresentar pretensões ao cargo de governador-geral, viu este episódio oportuno para o alcance destas pretensões, merecendo o apoio da junta ordenou o hasteamento da bandeira de figuração do império[30].

19 Ademais é necessário não desconsiderar que a elite escravocrata de Benguela, detinha maior parte dos bens que faziam circular o comércio triangular por meio do porto de Benguela, que nos dizeres Luiz Filipe de Alencastro "joga as cartas dos interesses negreiros dos escravistas do império do Brasil contra a política colonial portuguesa"[31], asseveradamente o artigo de Guizelin relata convincentemente a vivaz ideia de que "por trás do desejo do chamado partido brasileiro em unir oficialmente Angola ao Brasil, estava o anseio de converter o tráfico de escravo entre os portos das duas costas atlânticas em um comércio legitimamente doméstico"[32] ao que reforça a ideia dos seus posicionamentos penderem mais para uma salvaguarda dos seus interesses que por consequência da apreensão, utilizariam todos os mecanismos de mobilização e financiamento de modo a perturbar a ordem vigente considerada injusta por eles[33], esta posição que colocava em xeque ou até mesmo fragilizava a soberania interna da Coroa Portuguesa, e simultaneamente, a uma iminente ocorrência de confrontação interna deu lugar a instalação de uma onde de circulação de panfletos que davam conta de uma instrumentalização ao afeto "à causa brasileira".

20 No âmbito de representação das tropas de Benguela, Selma Pandoja constata que era formada por uma população de corpos de negros e dos degredados de criminosos políticos oriundos do Brasil,[34] "Angola dependia do Brasil para recrutar os soldados para as tropas (...) e o Brasil supria Angola de artilharia e munição"[35], onde a Junta de Benguela procurava mobilizar a localidade benguelense com vista a procura da melhor possível alternativa de continuidade do comércio dos portos do atlântico com o Brasil, no entanto, tanto os autóctones e principalmente os degredados que, não galvanizados por um nacionalismo da coroa, seriam as principais peças do xadrez estratégico da elite escravocrata, conforme as palavras de Bender eram composto por "assassinos, incendiários condenados e exilados a fim de cumprirem suas penas em Angola",[36] que facilmente podiam ser aliciados uma vez que sempre fizeram-se recalcitrantes e não continuadores da hegemonia portuguesa, mas movidos por interesses próprios e rebeldia, e por conta disto houve a intenção declarada o reforço das medidas drásticas , a ser implementada , uma espécie de "caça às bruxas" que consistia em impossibilitar uma ligação entre os comerciantes anexionistas como a suspensão das estradas das regiões de Luanda e Benguela, bem como a ligação dos dois portos e por fim a perseguição dos comerciantes anexionistas e financiadores das perturbações internas.

O desinteresse do Império do Brasil por Angola

21 Mergulhado neste dilema do desespero de restabelecer as relações com império do Brasil e de assegurar o território da principal fonte de rendimento[37], mais do que qualquer outro dos territórios metropolitanos sob domínio de Portugal, para Portugal restava unicamente como opção aceitar a imposição em termos de um ultimato ferrenho de D. Pedro ao reino de Portugal do comprometimento que anulava qualquer tentativa de envio de tropas portuguesas em restaurar a monarquia Joanina ou de modo inverso enfrentar "a guerra mais violenta que só poderá acabar com o reconhecimento da Independência do Brasil"[38]. Tratava-se de uma estratégia de empurrar Portugal a

uma não-decisão engaiolada a uma estratégia de "apertar o ovo ou largar", ou seja, nas duas possibilidades conflituantes, a ter que enfrentar a convulsão interna em Benguela com medidas drásticas (o que levaria mais distante o desejo de restauração da monarquia portuguesa no Brasil), ou reconhecer a independência do Brasil e assegurar a manutenção de Angola.

22 Em 11 de abril de 1824, a coroa portuguesa decidiu repreender com as medidas implementadas pelos dois governadores, e decidindo terminar com os sequestros dos bens à ligação de Benguela e Luanda, que incidiam sobre os comerciantes brasileiros, bem como o fim da perseguição destes. A coroa portuguesa preferiu afastar Brasil dos territórios do diâmetro da sua geopolítica colonial, isto é, decidiu levar este contencioso diplomático-militar à mesa das nações livres do Congresso de Viena e da Santa Aliança, da qual nos anos de 1824-1825, Portugal ansiava em restauração a jurisdição do império do Brasil por meio do apoio dos Estados europeus, o que não se sucedeu[39]. O imperador do Brasil D. Pedro I, com uma postura bastante hercúlea e decisiva, expressava uma diplomacia unicamente voltada ao reconhecimento pleno da independência do Brasil como condição *sine qua nom,* que não obstante a uma certa relutância da Santa aliança sobre fazer *jus* ao princípio da legitimidade das monarquias pré-revolução francesa da aliança e em não aceitar o título de imperador ao monarca brasileiro, no entanto, em 29 de Agosto de 1825, com a assinatura do tratado do Rio de Janeiro, sob mediação da Inglaterra, as pretensões brasileiras do reconhecimento pleno da sua soberania, houve uma igual clausula figurada no seu art. 3º sobre "a recusa e pretensão de reunião das colónias portuguesas, sobretudo de África" em que encerrava quaisquer anexação turística com o Reino de Angola.[40]

23 O facto é que a impressão dos comerciantes com o ensejo da resposta oficial do Rio de Janeiro, ficou por se esquecer, a tentativa da anexação não era sustentável, se considerarmos que faltavam ainda algumas regiões a serem consolidadas no território brasileiro e que internamente o Governo do Rio de Janeiro tentava, a todo custo, fragilizar o "partido português" fiel a coroa de portuguesa, além disso o governo do Rio de Janeiro não optaria por um conflito militar no além-fronteiras o que seria desgastante, por conta disto o silêncio significava uma forma de o Reino de Portugal marcar os primeiros passos no xadrez arbitrado pelo Congresso de Viena, onde a ação de anexação podia ser encarada como uma diretriz napoleónica, e, portanto a influência sobre Benguela significava simplesmente uma espécie de "território a ser sacrificado". Com o reconhecimento da independência do Brasil, a cobrança de tarifa de 15 % sobre as mercadorias brasileiras sofreu um protecionismo por parte da coroa lisboeta[41], e por se constar que logo após o reconhecimento do Brasil Estados como Áustria em 1825, França, Vaticano, Suécia, Holanda, Prússia em 1826[42], que permite, até mesmo afirmar com maior precisão o porquê de ser dita como das poucas independências, nas palavras de Bender que foi concretizada "sem nenhum tiro disparado"[43].

NOTAS

1. Os Bantus correspondem um grupo etnolinguístico localizado maioritariamente na África subsariana e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes, o caso de Angola é 90 % povoado por este grupo étnico que tem as suas subdivisões

2. Pinto, Alberto Oliveira, História *de Angola: Da Pré-história ao início do século XXI*, Lisboa, Mercado de letras, 2015, p.362-363.

3. Wheeler, Douglas; Pelissier, René, *História de Angola*, tradução João de Ferreira Branco, Lisboa, tinta-da-china, 2013, p. 72-73.

4. Dilolwa, Carlos Rocha, *Contribuição a História de Angola*, 2ª edição, Luanda, Nzila, 2000, p. 22.

5. Alencastro, Luiz Filipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia de Letras. 2000, p. 231-238.

6. Lovejoy, Paul E., "*Tráfico transatlântico de escravos a partir da África central ocidental",* in Arquivo nacional de Angola, Actas *do III encontro Internacional de História de Angola*, Iº Volume, Luanda, Ministério da Cultura de Angola, 2015, p. 441-445.

7. Candido. Mariana *P*, *Os agentes não europeus na comunidade mercantil de benguela, c. 1760-1820*. Sæculum - Revista de História, 2013. p. 100.

8. Pantoja, Selma, *"O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil"*, Textos de História, Vol. 11 1 /2, 2003, p. 195-196.

9. Freudenthal, Aida, *"Benguela- Da Feitoria à cidade Colonial"*, Fontes e Estudos: Revista do Arquivo Nacional de Angola, 2011, vol. 6-7, p. 201.

10. Mariana P. Candido. *O limite tênue entre liberdade e escravidão em benguela durante a era do comércio transatlântico*. In afro-asia nº 47, 2013. p. 243.

11. Arruda, José Jobson, "Os escravos Angolanos no Brasil (século XVI-XIX)" in João Medina; Isabel Castro Henriques (org.), *"A Rota dos Escravos: Angola e a rede do comércio negreiro",* Lisboa, Cégia, 1996, p. 232-233.

12. Wheeler, Douglas; Pelissier, René, *História de Angola...*, *op.cit*, p.88.

13. Ferreira, Roquinaldo, Dos Sertões ao atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860, Luanda, Kilombelombe, 2012, p. 137-138.

14. Ferreira, Roquinaldo, Dos Sertões ao atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860, *op. cit*, p. 138-139.

15. Ferreira, Roquinaldo, *"The Atlantics Networks of the Benguela slave trade (1730-1800)* " In Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (cord.), *"Trabalho forçado africano: experiencias coloniais* comparadas*",* Porto, Campos de Letras- Editores, 2006, p. 91-92.

16. Freudenthal, Aida, *"Benguela- Da Feitoria à cidade Colonial", op. cit,* p. 201.

17. Pantoja, Selma, *"O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil" op. cit,* p. 196-199.

18. Ferreira, Roquinaldo, *"O Brasil e a arte de guerra em Angola (sécs. XVII E XVIII*), Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-Junho, 2007. p. 138-139.

19. Cabral, Dilma, *"Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa",* in Arquivo Nacional, *"Mapa: Memórias da administração Pública Brasileira*", 2016, carregado em 9 de Novembro de 2016, consultado aos 13 de Janeiro de 2024, URL: http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/164-cortes-gerais-e-extraordinarias-da-nacao-portuguesa.

20. Alencastro, Luiz Felipe de apud Gilberto da Silva Guizelin *""A desagregação do "Reino Unido de Brasil, Angola e Benguela" no processo de independência brasileiro (1822-1825)"*, Ciência e Cultura, 2022, vol 74-nº 1, p. 37-38.

21. Santos, Nilcea Lopes Lima dos. *União Brasil- Angola: uma hipótese na independência*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1979. p. 69-70.

22. Guizelin, Gilberto da Silva, *"Província (de) um grande partido brasileiro, e mui pequeno o europeu*", Afro-Ásia, 2015, vol. 51, p. 84.

23. Freudenthal, Aida, *"Benguela- Da Feitoria à cidade Colonial", op. cit,* p. 206-207.

24. C.f. Galvão, Henrique, Selvagem, Carlos, *Império Ultramarino Português*, Lisboa Empresa Nacional de Publicidade, 1950, p. 96.

25. C.f. Duffy, James*, Portuguese Africa*, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1959, p. 74-75.

26. Santos, Nilcea Lopes Lima dos. *União Brasil- Angola: uma hipótese na independência*. *Op. cit*. p. 67-69.

27. Spalding, Walter, *"Angola e a Independência do Brasil*", Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro, 1972, Vol. 296, p. 32

28. Rodrigues, José Honório, Brasil-África: Outro Horizonte. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 132-134.

29. Spalding, Walter, *"Angola e a Independência do Brasil*", *op. cit,* p. 32-34.

30. Gilberto da Silva Guizelin *""A desagregação do "Reino Unido de Brasil, Angola e Benguela" no processo de independência brasileiro (1822-1825) "*, *op. cit,* p. 37-38.

31. Alencastro, Luiz Filipe de, "*Com quantos escravos se constrói um país?",* disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/luiz-felipe-de-alencastro-o-observador-do-brasil-no-atlantico-sul/. Acesso em 20/04/2024.

32. Guizelin, Gilberto da Silva, *"Província (de) um grande partido brasileiro, e mui pequeno o europeu*", *op. cit*, p. 84.

33. Alexandre, Valentim, Dias, Jill, *"O império africano (1825-1990)"* : Lisboa: editorial estampa,1998. p. 368-370.

34. Cunha, Anabela, "Degredo para Angola: sentença de morte lenta exile to Angola: slow death sentence (1850-1932)", revista de história, Juiz de Fora, v. 18, nº 02, 2013, p. 95-96.

35. Pantoja, Selma, *"O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil*", *op. cit,* p. 201-204.

36. Bender, J. Gerald, *Angola sob o domínio Português: Mito e Realidade*, Luanda, Mayamba Editora, 2013*, op. cit,* p. 127-135.

37. Schwartz, Stuart B*., "A Economia do Império Português*" in Bethencourt, Francisco, Curto, Diogo Ramada, *A Expansão marítima portuguesa* (*1400-1800)*, 2007, p. 46-47.

38. Guizelin, Gilberto da Silva, *"Província (de) um grande partido brasileiro, e mui pequeno o europeu*", *op. cit,* p. 87.

39. Alexandre, Valentim, *"A desagregação do Império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826)", Análise Social*, v. 28, n. 121, 1993, p. 318-323.

40. Soares, Teixeira, "*O reconhecimento do império do Brasil*", revista biblioteca prêmio de organização e administração congressos, 1972, vol. 3/72, p. 45-54.

41. Ferreira, Roquinaldo, Dos Sertões ao atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860, *op. cit,* p. 143.

42. Chiavenato, Júlio Josué, "*O negro no Brasil*", São Paulo, Cortez editora, 2012, p. 35.

43. Bender, J. Gerald, *Angola sob o domínio Português: M ito e Realidade*, *op. cit*, p. 137.

RESUMOS

Este artigo centra-se nas relações entre o Brasil e Angola, de 1648-1822, deste modo foca-se mais em justificar a forte dependência de Angola em relação ao Brasil, enfatizando as repercussões desta independência, especialmente na região de Benguela, que foi um palco do contencioso diplomático-militar entre o Reino de Portugal e o império do Brasil.

This article focuses on relations between Brazil and Angola between 1648 and 1822. It therefore concentrates more on justifying Angola's strong dependence on Brazil, emphasising the repercussions of this independence, especially in the Benguela region, which was the scene of diplomatic-military disputes between the Kingdom of Portugal and the Empire of Brazil.

ÍNDICE

Palavras-chave: Império do Brasil, Angola, Independência, Benguela, Reino de Portugal
Keywords: Empire of Brazil, Angola, Independence, Benguela, Kingdom of Portugal

AUTOR

MERCIO NORBERTO KOSSI

Universidade de Luanda (Faculdade de Serviço Social)